



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681171 - SP (2021/0225124-9)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : JOAO ELIAS DA SILVA NETO  
**ADVOGADO** : JOÃO ELIAS DA SILVA NETO - SP446911  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PETERSON ALEXANDRE MARTINS DA CRUZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PETERSON ALEXANDRE MARTINS DA CRUZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0000725-13.2021.8.26.0047).

O paciente formulou pedido de progressão ao regime semiaberto, que foi indeferido pelo Juízo das execuções (fls. 26-27), decisão esta que foi mantida pelo Tribunal de origem (fls. 57-65).

O impetrante sustenta que deve ser reformulado o cálculo da pena, estabelecendo-se a data da primeira prisão como marco inicial para a progressão de regime prisional.

Afirma, ainda, que o paciente já preencheu os requisitos objetivo e subjetivo para concessão da progressão ao regime semiaberto.

Requer, liminarmente, a imediata soltura do paciente ou a imediata progressão de regime, até o julgamento definitivo do presente *writ*, expedindo-se alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja considerada como data-base a última prisão (e não a data-base do último mandado cumprido) e seja concedida a progressão de regime ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente